GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETO DE CONCESSÃO DA RODOVIA RSC-324

Aos dois dias do mês de maio de 2019, às 14 horas e 30 minutos, no Auditório da Biblioteca Central na Universidade de Passo Fundo - UPF, localizada na BR-285, bairro São José, Passo Fundo/RS, realizou-se a Audiência Pública referente à apresentação e exposição técnica do Projeto de Concessão dos Serviços de Operação, Exploração, Conservação, Manutenção, Melhoramentos e Ampliação da Infraestrutura de Transportes dos trechos da Rodovia ERS-324 (Km 188,12 ao Km 292,13); Rodovia BRS-470 (Km 152,87 – Km 158,96), que se soma ao prolongamento de 2,74 km de extensão da rodovia ERS-129, a partir do entroncamento com a Rodovia ERS-324, ligando o segmento sul ao segmento norte, nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 11 de abril de 2019, cujo Aviso de Audiência Pública nº 02/19 foi publicado na edição nº 79 do Diário Oficial do Estado do dia 24 de abril de 2019, no jornal de grande circulação Jornal Correio do Povo, de 24 de abril de 2019, e no sítio eletrônico https://transportes.rs.gov.br/consulta-publica-rsc-287-e-ers-324 e Regulamento da Audiência Pública, também publicado no sítio supramencionado.

Ressaltam-se as presenças do Secretário de Estado de Logística e Transportes, Juvir Costella, do Secretário Estadual de Governança e Gestão Estratégica, Cláudio Leite Gastal, Secretário Estadual de Parcerias, Bruno Vanuzzi, Deputados Estaduais Valdeci Oliveira, Vilmar Zanchin, Dirceu Franciscon, Paparico Bachi, Mateus Wesp, Sérgio Turra , Prefeitos Municipais Luciano Palma de Azevedo, Passo Fundo; Luciano Maronesi, de Nova Alvorada; Lauro Gato, de Santo Antônio do Palma; Maico Beto, de Vila Maria; Iura Kurtz, Gentil; Flávio Gabriel da Silva, Vanini; Jorge Luiz Agazzi, Mato Castelhano; Domingos Kuiava, Casca; Munira Awad, Presidente do Fórum dos COREDES do RS; Rogério da Silva, Vice-Reitor da UPF; Diretor-Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Sívori Sarti da Silva; Diretor de Logística e Transportes (SELT) e Presidente do Conselho Rodoviário, Roberto Niederauer; o Diretor do Departamento de Concessões e Parcerias Público-Privadas, Rafael Ramos; e demais autoridades presentes.

Após manifestações iniciais das autoridades presentes, a Audiência Pública foi instalada pelo Secretário de Estado de Logística e Transportes, Juvir Costella, que, após pronunciamento, delegou a presidência da sessão ao seu Secretário Adjunto, Eduardo Battaglia Krause para a coordenação dos trabalhos. A Mesa Diretora, conforme disposto no art. 2º do Regulamento, foi composta também pelos Secretários Estaduais, de Governança e Gestão Estratégica, Cláudio Leite Gastal, Parcerias, Bruno Vanuzzi, Diretor-Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Sívori Sarti da Silva, Diretor do Departamento de Concessões e Parcerias Público-Privadas, Rafael Ramos, na condição de responsável pela exposição técnica do Projeto de Concessão da Rodovia RSC-324, Charles Schrarmm e Cecília Marario Garcia, representantes da consultoria contratada para o desenvolvimento do estudo, Consórcio KPMG/Manesco/Planos. Ato contínuo a abertura dos trabalhos, formada a mesa, o Presidente da Mesa Diretora procedeu a leitura completa do Regulamento da Audiência Pública.

Após a leitura do Regulamento, o Diretor do Departamento de Concessões e Parcerias Público-Privadas, da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, Rafael Ramos, expôs as linhas gerais dos trabalhos realizados para a estruturação do Projeto. E, em seguida, realizou a apresentação técnica do Projeto de Concessão da Rodovia RSC-324.

Encerrada a exposição técnica, findou o período para submissão de manifestações ou questionamentos escritos e das inscrições para manifestações e questionamentos orais, conforme disposto no item IV Questionamentos e Contribuições, do Regulamento.

Em seguida, o presidente da mesa abordou os pontos da manifestação/questionamento

escritos dos participantes: Breno Ferreira Leal, representante da CCR, considerando que não foi possível confirmar a data-base nos documentos editalícios. Gostaria de confirmar qual a data-base a ser considerada para valores expressos no contrato para o leilão, nos editais da ANTT são disponibilizadas as planilhas, em resposta a equipe informa que é maio/2017. Aline Severo, arquiteta da SOP/RS, questiona sobre os trevos principais acesso a Marau não estão mantidos no novo projeto não levando em consideração a malha viária e planejamento urbano do município como troncos principais de acessos da cidade, em resposta pode ser revisto a partir da manifestação, se pertinente será contemplada. Quanto aos descontos previstos para quem passa todos os dias no pedágio, pergunta por que não implantar descontos para usuários frequentes. Em resposta, a equipe salienta que a regra geral é isonomia entre os usuários, conforme Decreto 53.490/17. A concessionária, contudo, caso queira, poderá implantar políticas tarifárias de descontos. Jonas Guerra, questiona sobre previsão no edital para a manutenção das vias que chegam até a ERS-324, como por exemplo a conservação do trecho da ERS-132, entre Vila Maria e Nova Alvorada, assim seguindo para as demais rodovias que chegam à ERS-324. A Mesa informa que não foram incluídos na modelagem, uma vez que se aumenta a extensão de manutenção, consequentemente aumentam os custos e as tarifas.

Carlos, pessoa física, questionamento é referente a condição de conclusão da obra para a empresa privada, em caso de pedido de recuperação judicial ou de falência da empresa executora da obra ou a licitada, qual será o procedimento do Estado nestes casos e o que prevê o projeto. Respondendo o questionamento, em caso de falência da empresa ou recuperação, podem ocorrer as seguintes alternativas: extinção do contrato, indenização do concessionário por investimentos em bens reversíveis, descontadas multas e prejuízos ao erário. A seguir, o Estado poderá relicitar ou explorar diretamente. Saulo Ramos Filho, representando SOMAR Engenharia de Processos, afirma que foi prometido pelo Governador e deputados no pleito de 2018 a desburocratização e desoneração e maior eficiência do Estado, mas como irá cumprir a promessa com novas tarifas de pedágio, além de elevados IPVA e ICMS gaúcho. Em resposta o Presidente da Mesa informa que estes são temas tributários, que tanto o IPVA, quanto o ICMS, não retornam para investimentos em estrada.

As seguintes entidades entregaram suas manifestações oficiadas à Mesa Diretora, Prefeitura municipal de Marau, Prefeitura Municipal de Gentil e Prefeitura Municipal de santo Antônio do Palma.

Posteriormente, fizeram uso da palavra, regularmente inscritos para manifestação ou questionamento oral, conforme segue: Iura Kurtz, Prefeito Municipal de Marau, que enfatizou a preocupação com a Perimetral, um documento com Relatório Técnico será entregue a mesa Diretora, ressalta que há Convênio com o DAER para aprovação de um projeto de marginais e acessos, que não foi contemplado no estudo. Comenta também sobre outro convênio com o DAER para revitalização dos trevos de acesso à cidade, e solicita assim a suspensão do edital e a montagem de uma comissão para discutir as implicações que atingiram o Município de Marau. Em resposta, o Presidente da Mesa convida o Prefeito Municipal e sua equipe técnica para que em parceria com o DAER e a SELT consigam dirimir as questões, considerando a tempestividade que o caso requer. Estas manifestações serão consideradas e o projeto será reavaliado antes da publicação do edital. Adelir Schiavon, Vereador do Município de Gentil, as questões também se referem à Santo Antônio do Palma, ambos sofrerão um impacto grande com a concessão das rodovias. Questiona sobre as vias alternativas, presente na Lei de Concessões, se não ocorrer de forma legal a apresentação desta alternativa, automaticamente pelas condições da região os usuários vão buscar alternativa e recairá na ERS-458, ligação entre a BR-285 até a ERS-324, em Casca, como argumento a equipe informa que o tema foi discutido no Superior Tribunal Federal -STF e se entendeu que essa exigência não se aplica. Paulo Ricardo de Oliveira, pergunta se o Plano Estadual de Logística e Transportes – PELT-RS - está servindo como embasamento. A

equipe técnica informa que os investimentos estão embasados no PELT-RS, tem uma lógica técnica por trás. Rodinei Candeia, Procurador do Estado, manifesta preocupação com as referências às duplicações de Casca e Marau, sem continuidade da duplicação na entrada de Passo Fundo, requer avaliação da duplicação da Perimetral do entorno de Passo Fundo, como também manifesta preocupação com o entorno das faixas de domínio dentro das cidades. Faz referência à automação da cobrança em praças de pedágio. Em resposta a equipe faz referência a algumas questões técnicas para trechos urbanos que são complexas, porque em trecho urbano não se pode instalar praças de pedágio, porque dependendo da extensão e do problema se onera o usuário da rodovia em benefício do trecho urbano, o que requer uma avaliação cuidadosa; quanto à definição do traçado, os trechos críticos foram contemplados, a tarifa do pedágio está num valor razoável, de acordo com o estudo, e serão avaliadas essas argumentações com base no estudo. As praças de pedágio automatizadas estão previstas no projeto conforme a evolução. Deputado Estadual Paparico Bacchi comenta sobre a alta carga tributário do Estado, questiona sobre os valores das tarifas de pedágio, apoia o Prefeito de Marau para suspender o processo de concessões, solicitando que quando efetivamente for encaminha a licitação se privilegie a participação de empresas gaúchas no processo. Gustavo Baccin, representando a ACC e o poder público de Casca, traz as reinvindicações de Casca e a preocupação com relação ao valor do teto da tarifa, o prazo para entrega dos acessos, e solicita abertura de prazo para discussão. Em resposta, o valor do pedágio será estabelecido abaixo do teto máximo, quando da licitação, o prazo de entrega das obras é de até 25 anos, dependendo de gatilhos, vinculado ao aumento ou diminuição do tráfego. Antônio Roso, representando a Passo Fundo Shopping e METASA S.A., referencia o traçado de Marau a Passo Fundo, atenta sobre a necessidade de observar a segurança viária. Deputado Estadual Vilmar Zanchin: há dois consensos na região, há necessidade de duplicação entre Marau e Passo Fundo, e o segundo consenso é o valor excessivo da tarifa de pedágio. Solicita redução do teto da tarifa antes mesmo de encaminhar a licitação, além de solicitar a definição dos prazos, para que esteja claro. Solicita que no edital esteja claro o percentual de execução de obras, e não se aguardar o atingimento do VDM. Acrescenta que é necessária a suspensão deste procedimento para que os estudos sejam revisados. Deputado Estadual Mateus Wesp: acompanha os demais em suas manifestações, reforçando a questão da diminuição da tarifa e a necessidade de possibilitar a ampla participação. Deputado Estadual Sérgio Turra, reforça todas as questões abordadas, com relação às tarifas, às obras, reforça que é consenso a necessidade de duplicação e estamos em busca do mesmo objetivo que é o desenvolvimento e o futuro da região. Paulo Wolff, Associação Comercial de Marau, reforça a necessidade de avaliação do projeto e o relatório técnico apresentado pela Prefeitura de Marau. Magnos Spagnol, vereador de Nova Prata, questiona sobre os acessos à Nova Prata, que não estão contemplados no projeto. Em resposta, as questões levantadas aqui serão avaliadas no projeto. Maico Betto, Prefeito Vila Maria, comenta sobre o projeto do perímetro urbano e previsão de trevos e acessos, e solicita participação na audiência para relatar sobre o Convênio. Outra questão é referente às desapropriações que deverão ocorrer em Vila Maria, perguntando qual a segurança jurídica para que isso ocorra sem o risco de paralisação do projeto de duplicação por implicações jurídicas. Em resposta, a equipe informa que a desapropriação está considerada no projeto, disciplinado de acordo com as experiências nacionais consideradas para estes casos. Quanto a desapropriação, à concessionária deverá apresentar um plano , o que deverá será feito com muita razoabilidade. Carlito Silvestrin, representando a rádio Vang de Marau, questiona sobre o projeto apresentado, em razão de desconsiderar todos os acessos e trevos, sendo favorável à duplicação, mas solicita a revisão do projeto, citando exemplos de faixas adicionais em rodovias internacionais. Com relação ao questionamento CREMA, a mesa informa que a parte de restauração está executada, e quando da concessão o CREMA será rescindido. Cleber Faccin,

CESURG, Professor Universitário, faz considerações quanto à regulação de transportes, se a agência reguladora tem condições de atuar adequadamente, e ainda se há adequação à realidade dos acessos para a cidade. Sobre obras com gatilho que não estão previstas, pergunta como será enfrentado o tema, quanto às novas metodologias já enfrentadas pelas concessões em São Paulo, quanto ao acionamento dos seguros para esta concessão. Em resposta, foi informado que a AGERGS está se preparando para enfrentar a questão, e tem preparo no corpo técnico da Agência para atender a demanda. Quanto ao seguro, todos os investimentos serão devidamente segurados.

Por fim, Secretário Juvir Costella proferiu agradecimentos e a Mesa Diretora declarou encerrada a Audiência Pública às 17 horas e 30 minutos.

Quanto aos questionamentos realizados, a resposta será divulgada em conjunto com a consulta pública, tendo em vista reproduzir contribuição escrita de idêntico conteúdo.

A presente ata foi lavrada com base na degravação dos registros da cerimônia realizada em dois de maio de 2019, motivo pelo qual vai abaixo assinada pelos Secretários de Estado presentes, pelo Presidente da Mesa Diretora, pelo responsável pela apresentação técnica e pelo responsável por secretariar a audiência.

Santa Maria, 02 de maio de 2019.

JUVIR COSTELLA
Secretário de Estado de Logística e Transportes

EDUARDO BATTAGLIA KRAUSE
Secretário de Estado de Logística e Transportes Adjunto
Presidente da Mesa Diretora

CLÁUDIO LEITE GASTAL
Secretário de Estado de Governança e Gestão Estratégica

BRUNO VANUZZI
Secretário Extraordinário de Parcerias

RAFAEL RAMOS
Diretor Departamento de Concessões e Parcerias Público-Privadas

JOSÉ LEANDRO SAQUETE MARTINS
Assessor Técnico da Secretaria de Logística e Transportes